

Apresentação

Alicia Ferreira Gonçalves¹

É uma imensa satisfação apresentar o Dossiê “Avaliação de Políticas Sociais” que compõe o número dezesseis da Revista Eletrônica Caos, vinculada ao curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. A presente edição é composta por uma coletânea de artigos que, a partir de diferentes matizes teóricos e recortes empíricos, realiza uma reflexão analítica, metodológica e política sobre a temática das políticas sociais em suas nuances distintas, especialmente, a perspectiva da avaliação das grandes políticas como o Programa Bolsa Família (PBF), as políticas de Economia Solidária e as políticas culturais. Simultaneamente, os artigos demonstram a significativa contribuição das Ciências Sociais para o campo das políticas sociais, na formulação, no desenho, e, sobretudo, na avaliação e controle social.

Inicia esta coletânea o instigante artigo de Lea Carvalho Rodrigues intitulado: *Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios* que nos brinda com uma proposta inovadora de avaliação: a avaliação *em profundidade*, baseada nas noções de processo, contexto e cultura, tão caras às Ciências Sociais e em diálogo com a abordagem interpretativista de Raul Lejano e Dvora Yanow. A avaliação *em profundidade* se desenha como contraponto às avaliações quantitativas, baseadas em índices oficiais como, por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB), que nos revelam pouca coisa sobre as condições de vida das comunidades. Neste sentido, o artigo em questão apresenta considerações sobre pesquisas acadêmicas de avaliação (Plano Nacional de Turismo, Programa Agentes de Desenvolvimento e Política Nacional de Atenção Cardiovascular) norteadas teórica e metodologicamente pelas noções supracitadas. A primeira pesquisa de corte etnográfico aborda a política nacional de turismo e os seus impactos nas comunidades da costa cearense, a análise *em profundidade* mostra que o “Plano Nacional de Turismo (PNT, 2007), não cria mecanismos efetivos de participação e proteção dessas populações. Além do mais, a pesquisa de campo mostrou que o processo é praticamente conduzido pelas lideranças políticas e empresariais locais que, no mais das vezes, se sobrepõem” (RODRIGUES, p.54). A pesquisa seguinte sobre a trajetória institucional do Programa Agente de Desenvolvimento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) articula na avaliação as noções de trajetória institucional, individual e de contexto, explicitando a forma como as dinâmicas políticas na esfera federal influenciam o desempenho dos programas sociais. A pesquisa de avaliação da Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade com foco na cirurgia cardiovascular pediátrica sinaliza para a relevância da avaliação *em profundidade* para além do campo acadêmico, porque fornece dados empíricos importantes para os pacientes e seus familiares, profissionais da saúde e para o acompanhamento da referida política.

Os três artigos seguintes analisam o Programa Bolsa Família (PBF), considerado do ponto de vista institucional como o maior programa de transferência de renda na América Latina. *A passagem do Programa Comunidade para o Programa Bolsa Família: continuidades e rupturas*, artigo de autoria de Enzo Mayer Tassarolo e Aloísio

Krohling, identifica as continuidades e rupturas nas políticas de combate a pobreza. Para tanto, os autores analisam o Programa Comunidade Solidária executado no Governo Fernando Henrique Cardoso e o Programa Bolsa Família no Governo de Luis Inácio Lula da Silva. A análise crítica de escopo comparativo dos dois programas sinaliza para “a permanência do pensamento neoliberal nas políticas sociais implementadas ao longo dos últimos quinze anos, ainda que alguns avanços na área social tenham sido obtidos no governo Lula” (TESSAROLO & KROHLING, p. 73). No artigo *Bolsa Família e “portas de saída”: reflexões a partir da fala de beneficiários do município de Campinas (SP)*, André Pires e Marcela Alvares analisam criticamente a noção de “portas de saída” presente no desenho do PBF a partir da perspectiva institucional e também a partir da visão de mundo dos seus beneficiários. O estudo de cunho etnográfico mostrou que como estratégia de combate a pobreza, que remete diretamente à noção de “portas de saída”, o PBF obteve êxito na erradicação das famílias da pobreza imediata, contudo, a segunda etapa do Programa, que consiste na emancipação das famílias, necessita estar articulada às políticas públicas estruturantes como educação e a construção de creches. Flávia Pires, Patrícia Santos e Jessica Silva no artigo intitulado: *Elas decidem? Analisando o papel familiar da mulher a partir do Programa Bolsa Família* analisam o PBF a partir do recorte de gênero. A indagação central do artigo remete aos impactos do Programa na configuração familiar, particularmente no papel da mulher e no poder de barganha no âmbito familiar. A pesquisa de campo realizada na cidade de Catingueiras, no semiárido paraibano, e a observação participante junto ao cotidiano das famílias sinalizam para o aumento do poder de decisão de compra das mulheres em sintonia com as configurações familiares. As compras, segundo as autoras: “são definidas a partir de papéis familiares femininos e masculinos, adultos e infantis bem demarcados” (PIRES; SANTOS; SILVA, p 115).

O segundo bloco de artigos trata das políticas com foco na economia solidária. O artigo de Gabriela da Luz Dias: *Um olhar jurídico-antropológico sobre os empreendimentos econômicos solidários não formalizados na Bahia: organizações “invisíveis?”* aborda as relações informais estabelecidas entre os sujeitos da economia solidária, a partir da noção de “segurança jurídica” e do aporte teórico da antropologia jurídica. O artigo de Maria Eugenia Santana *Los mercados alternativos y La economia solidaria*, apresenta uma descrição da experiência contemporânea dos mercados alternativos na cidade de San Cristóbal de Las Casas, em Chiapas no México, evidenciando as interfaces entre economia solidária e o recorte étnico. A autora constata, após pesquisa de campo, mudanças no padrão de produção, consumo e a construção de uma nova sociabilidade baseada na lógica do Dom. *Políticas públicas de economia solidária: Uma proposta etnográfica de avaliação*, de autoria de Hebe Camurça Citó, desenvolve uma avaliação etnográfica das políticas públicas com foco na economia solidária na cidade de Fortaleza. Após longa pesquisa de campo e observação direta e participante com vários grupos de economia solidária, a autora em suas considerações finais afirma que as políticas com foco na economia solidária necessitam de ações mais estruturadas do ponto de vista institucional e de um marco legal adequado aos empreendimentos. O artigo de Vanessa José da Rocha: *O trabalho dos catadores (as), cooperativismo e as políticas públicas (sociais): Experiências da coleta seletiva no município de João Pessoa*, analisa o programa da coleta seletiva solidária de resíduos

sólidos na cidade João Pessoa como uma política pública municipal que se constitui em uma estratégia sustentada de inclusão social via geração de emprego e renda para segmentos da sociedade historicamente excluídos do mercado formal de trabalho e, simultaneamente, com expressivo apelo de preservação ambiental em seu desenho institucional.

Os artigos de Michelle Nunes Rufino *Desenvolvendo métodos avaliativos para o estudo de uma política social: a dinâmica dos indicadores locais*; de Paulo Aldemir Delfino Lopes & Vinicius Gabriel da Silva: *Políticas públicas de desenvolvimento local: a prática dos fundos rotativos solidários, avanços e desafios*; de Fabrícia Milena Grisi de Araújo Fulgêncio & Aline de Souza Vieira *Avaliação dos fundos rotativos solidários: impactos no desenvolvimento social* estão inseridos na pesquisa etnográfica “Avaliação dos Fundos Rotativos Solidários no Estado da Paraíba” desenvolvida na UFPB. A pesquisa de avaliação propõe o mapeamento e a construção de indicadores locais que revelam com mais rigor as condições de vida das referidas comunidades, bem como as suas possibilidades de sustentabilidade como, por exemplo, o domínio da cadeia produtiva pela própria comunidade ou então o padrão das relações de poder e o estilo de liderança comunitária ou sindical. Neste último caso, o distanciamento ou a proximidade das relações patrimonialistas indicariam o potencial de sustentabilidade da comunidade. Gênero é outro indicador expressivo que nos leva a indagar se a significativa participação das mulheres na política dos Fundos poderia sinalizar remodelações nas relações de gênero na comunidade e na família como nos revela o artigo de Celly Souza dos Santos: *Políticas sociais de finanças solidárias: impactos nas relações de gênero*. Victoria Puntriano Zuniga nos apresenta em seu artigo *Cooperativismo, economía solidaria y políticas públicas: la trayectoria del ingenio catende*, a experiência contemporânea da Usina Catende, localizada no Estado de Pernambuco, como uma trajetória bem sucedida de uma empresa recuperada pelos trabalhadores que atua nos moldes do cooperativismo, da auto-gestão e segundo a perspectiva da economia solidaria. Vale destacar que a autora focaliza o papel das políticas públicas ao longo do processo de recuperação da usina.

A pesquisa citada no artigo de Lea Rodrigues (que compõe esta coletânea) conduzida por Alcides Fernando Gussi e Rita Josina da Silva *Microcrédito e desenvolvimento: avaliação dos impactos do Programa Crediamigo em população de baixa renda de Fortaleza* avalia o Programa de microcrédito – o Crediamigo do BNB como política de desenvolvimento para a região Nordeste. A pesquisa tem o mérito de avaliar o programa inspirada nas formulações teóricas de Pierre Bourdieu sobre as trajetórias e de Mary Douglas sobre as instituições. Ademais, o fazem da perspectiva das pessoas contempladas com o crédito, por meio de uma extensa pesquisa de campo e de um conceito abrangente de desenvolvimento que nos remete ao pensamento de Celso Furtado, que incorpora às concepções de desenvolvimento as injunções identitárias e culturais de uma nação. A avaliação do Crediamigo indica que o programa, de fato, promove a inclusão bancária de um segmento social historicamente excluído do crédito formal, contudo, não promove mudanças substantivas nas condições de vida e tampouco o desenvolvimento social.

O último bloco de artigos aborda as políticas culturais e as interfaces entre as políticas sociais e as políticas afirmativas. O artigo de Rosa Lima Peralta e Maristela Oliveira de Andrade, *Direitos quilombolas e acesso às políticas públicas (sociais): reflexos sobre a configuração da paisagem de uma comunidade no brejo paraibano* investiga, por meio da pesquisa etnográfica, os efeitos das políticas sociais na comunidade quilombola Senhor do Bonfim, situada no brejo paraibano, realizando a necessária articulação entre políticas sociais e políticas afirmativas. A observação *in loco*, conversas informais e entrevistas com as famílias permitiram constatar os reflexos positivos na paisagem da comunidade, traduzidos na dinamização da economia local e na melhora da dieta alimentar das famílias quilombolas. Entretanto, as autoras também verificaram o acesso precário da comunidade às políticas estruturantes, como saúde e educação, como apontam outros estudos de avaliação presentes nesta coletânea. *Jongo: Patrimônio Imaterial do Brasil e a Comunidade São José da Serra*, de autoria de Débora Simões de Souza, analisa o processo de institucionalização do Jongo pelo Decreto nº 3.3551 qualificando-o como patrimônio imaterial de comunidades negras. O recorte empírico da investigação é a comunidade São José da Serra localizada na região do Vale do Paraíba, Estado do Rio de Janeiro. A metodologia desenvolvida ao longo do estudo consistiu em trabalho de campo, pesquisa da documentação do processo e a interlocução com bibliografia interdisciplinar sobre o tema. Em suas considerações finais a autora realça a relevância da política pública para a revalorização da herança cultural africana. O artigo que encerra esta coletânea é o de Bárbara M. Duarte Teixeira L. da Silva, intitulado *Os intelectuais de esquerda e as políticas culturais da Fundação de cultura de João Pessoa no período de 2005 a 2008*, analisa o papel dos intelectuais de esquerda na formulação das políticas culturais empreendidas pela Fundação de Cultura de João Pessoa. Segundo a autora, houve uma focalização das políticas na valorização dos artistas locais e da cultura tradicional popular como símbolos da identidade cultural da cidade.

A expectativa em relação ao lançamento desta coletânea é que as reflexões teóricas e as metodologias empregadas com muita competência pelos autores contribuam para o debate contemporâneo no campo das políticas sociais, especialmente, na avaliação e controle social, evidenciando o aporte teórico-metodológico das Ciências Sociais.

A Comissão Editorial da Revista Eletrônica Caos agradece a valiosa contribuição dos autores vinculados a distintas instituições de ensino para a composição do presente Dossiê.

Apresiasi a leitura!

ISSN 1517 – 6916

CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais

Número 17 – Abril de 2011

Pág. 50 – 54.

¹Alicia Ferreira Gonçalves é Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP e Professora Adjunto da Universidade Federal da Paraíba. Pesquisadora do Grupo COTIDIANO da UFPB, co-coordenadora do Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq *ETNOGRAFIAS do Capitalismo Contemporâneo* vinculado à UNICAMP e realiza pesquisas no campo das políticas sociais com foco na reciprocidade. aliciafg1@hotmail.com.